RAÍZES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM OLHAR PARA O PERÍODO COLONIAL E SUAS IDEIAS PEDAGÓGICAS.

Sara Dayane Dias De Oliveira
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: sara.dayane@aluno.uece.br;

José Douglas de Abreu Araújo
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu. E-mail: douglas.abreu@uece.br.

Resumo
O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o início da educação formal no Brasil, analisando as influências da colonização portuguesa na constituição das ideias pedagógicas no período colonial. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritivo-explicativa e bibliográfica, fundamentada na análise da obra História das ideias pedagógicas no Brasil, de Dermeval Saviani. A investigação evidencia que a educação, desde suas origens, esteve articulada aos interesses da metrópole portuguesa e da Igreja Católica, assumindo um caráter estratégico no processo de colonização, sobretudo por meio da catequese dos povos originários. Os resultados apontam que as ideias pedagógicas implantadas nesse período não foram neutras, mas orientadas pela manutenção das estruturas de poder, contribuindo para a formação de um modelo educacional marcado pela religiosidade, pela seletividade e pela desigualdade social. Conclui-se que a compreensão dessas bases históricas é fundamental para a análise crítica das permanências e contradições que ainda atravessam a educação brasileira na contemporaneidade.

Palavras-Chave: Educação. Brasil Colonial. Pedagogia. Povos originários. Catequese.

Introdução

A história da educação no Brasil é marcada por diversos ideais pedagógicos provenientes do exterior. Vale ressaltar que o Brasil passa a integrar a civilização ocidental e cristã a partir de 1500, momento em que surge a necessidade de envolvimento da monarquia portuguesa na ocupação da nova terra “recém-descoberta”. Aqui, instituiu-se o Governo-Geral, sendo nomeado para essa função Tomé de Sousa, primeiro governador-geral do Brasil, que chegou em 1549 acompanhado dos primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, com o objetivo de doutrinar os povos originários na fé católica (Fleck; Amantino, 2023). O Brasil

constituiu-se a partir de três dimensões inter-relacionadas: a colonização, a educação e a catequese. O termo colonização deriva do verbo latino *colo* (cultivar, morar). Entre seus derivados, destacam-se *incola*, que significa habitante, e *inquilinus*, aquele que reside em terra alheia. Saviani (2024) destaca que, colônia pode ser compreendida tanto como o espaço ocupado quanto como terra ou povo submetido à exploração e dominação.

A colonização em terras brasileiras abriu espaço para um choque cultural de larga escala, do qual os colonizadores utilizaram a educação catequética como um instrumento de dominação dos costumes e da fé dos povos originários, configurando um processo de aculturação (Fernandes, 1963). Este processo implicou a posse e a exploração da terra, com a subjugação de seus habitantes (os íncolas), bem como a inculcação, nos colonizados, de práticas, técnicas, símbolos e valores próprios dos colonizadores. Segundo Saviani (2024), a catequese pode ser compreendida como a difusão da religião dos colonizadores e a conversão dos povos colonizados à fé católica e a educação formal apresentava-se marcada por um caráter de doutrinação religiosa e de imposição dos costumes europeus.

Diante desses contextos históricos, problematiza-se de que maneira a educação no período colonial brasileiro atuou como instrumento de dominação cultural, social e religiosa, contribuindo para a formação de um sistema educacional excludente. Justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de compreender as bases históricas da educação brasileira, especialmente no que se refere às desigualdades que ainda persistem na contemporaneidade. Assim, o trabalho delimita-se à análise do período colonial, com ênfase na atuação dos jesuítas e nas ideias pedagógicas predominantes, fundamentando-se na perspectiva histórico-crítica, sobretudo a partir das contribuições de Saviani.

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o início da educação formal no Brasil, analisando as influências da colonização portuguesa na constituição das ideias pedagógicas no período colonial. O tema foi escolhido em função do interesse da pesquisadora em compreender a educação dos povos indígenas antes da colonização, os processos de aprendizagem e de produção do conhecimento em suas comunidades e transformações ocorreram a partir da introdução das práticas pedagógicas jesuíticas voltadas à catequese na fé católica.

Diante disso, no tópico seguinte, apresenta-se a metodologia adotada para o desenvolvimento deste estudo, explicitando os procedimentos e caminhos teórico-

metodológicos que orientaram a pesquisa.

Metodologia

O presente estudo qualitativo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritivo-explicativa e bibliográfica, por possibilitar a compreensão de dimensões históricas, sociais e culturais que não podem ser reduzidas a dados quantitativos, mas que envolvem significados, valores, crenças e relações de poder (Minayo, 2001). A pesquisa foi desenvolvida por meio da leitura, seleção e análise da obra História das ideias pedagógicas no Brasil, de Saviani (2024), utilizada como principal referencial teórico para a compreensão da constituição histórica da educação brasileira, especialmente no que se refere à relação entre educação, colonização e catequese. Nessa direção, adota-se a perspectiva histórico-crítica, que, conforme Saviani (1991; 2002; 2005), compreende a educação como uma prática social historicamente situada, determinada pelas condições materiais de existência e pelas contradições inerentes às relações sociais.

Inicialmente, foi realizada a contextualização histórica do período colonial, com foco no processo de colonização e na atuação dos jesuítas na educação voltada à catequese. Em seguida, foram analisadas as ideias pedagógicas desse período, destacando seu caráter de dominação cultural e imposição de valores europeus. Por fim, apresenta-se uma discussão sobre os impactos dessas práticas na formação do sistema educacional brasileiro e suas permanências na atualidade. Os dados foram analisados por meio de interpretação crítica (Prezenszky; Mello, 2019), essa perspectiva busca estabelecer relações entre educação, poder e sociedade, a partir de uma perspectiva histórico-crítica.

Após a apresentação da metodologia, o estudo segue com o referencial teórico, no qual são discutidos os principais conceitos e fundamentos que sustentam a análise e algumas discussões acerca das ideias pedagógicas e dos contextos históricos que marcaram a constituição da educação no Brasil.

Referencial Teórico

As comunidades primitivas não viviam em sociedades estruturadas em classes sociais, apropriando-se coletivamente dos meios necessários à sua subsistência, os quais consistiam na caça, pesca, coleta de frutos e de plantas nativas. Conforme Fernandes (1963), tratava-se de uma economia natural e de subsistência, caracterizada por pequenas coletividades unidas por laços de parentesco, cujos membros eram indivíduos livres, com direitos iguais, vivendo sob a base da propriedade comum da terra. A educação ocorria de forma integrada à vida social, não havendo separação entre o aprender e o viver, pois, para Saviani (2024), a educação se realizava de maneira espontânea, vinculada diretamente às práticas sociais e ao processo de trabalho.

No caso da sociedade Tupinambá, a organização educativa era representativa de diversas populações indígenas. Os Tupinambás distinguiam grupos de idade tanto para homens quanto para mulheres, estruturando o processo de socialização e aprendizagem. Até os sete ou oito anos de idade, meninos e meninas permaneciam sob os cuidados diretos da mãe. Os meninos, embora não acompanhassem inicialmente os pais nas atividades, recebiam arcos e flechas e, em grupos informais com outras crianças da mesma idade, treinavam seu uso. As meninas, por sua vez, também permaneciam com as mães e se organizavam em grupos para realizar atividades como a fiação do algodão e o preparo do barro para a confecção de utensílios cerâmicos, como potes e panelas (Fleck; Amantino, 2023)..

Lopes e França (2024) ressalta que os meninos, na fase entre 9 e 15 anos, já não ficavam em casa, tornando-se independentes da mãe, e passavam a acompanhar o pai, que se tornava seu modelo, com o qual se preparavam para a vida adulta, participando de seu trabalho. As meninas passavam a depender ainda mais da mãe, que se tornava seu modelo, com quem aprendiam a semear, plantar, fiar, fazer farinhas e bebidas, cozinhar e preparar alimentos. Na faixa etária seguinte, dos 15 aos 25 anos, ocorria uma participação mais ativa nas atividades dos adultos, incluindo cerimônias de iniciação, após as quais os jovens podiam estabelecer relações afetivas e contrair matrimônio. Tanto rapazes quanto moças se envolviam diretamente nas atividades laborais, conforme a divisão sexual do trabalho: os rapazes participavam das expedições guerreiras, da caça, da pesca e da fabricação de instrumentos, enquanto as moças auxiliavam nas atividades domésticas e assimilavam, de forma prática, os papéis sociais femininos (Lopes; França, 2024).

Entre os 20 e 40 anos, os homens participavam plenamente da vida adulta, sendo admitidos nos grupos guerreiros, enquanto as mulheres assumiam as tarefas domésticas e a educação dos filhos, podendo também participar de cerimônias. A partir dos 40 anos, os homens tornavam-se líderes, chefes guerreiros e pajés, enquanto as mulheres assumiam papéis de destaque na organização doméstica e na formação das jovens. Observa-se que os conhecimentos e técnicas sociais eram acessíveis a todos, não havendo monopólio do saber, mas sim uma participação igualitária na vida social. Nesse sentido, os interesses do grupo realizavam-se coletivamente, de forma espontânea e integral (Ponce, 2001).

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. Esse plano iniciava-se com o aprendizado do português para os indígenas, prosseguia com a doutrina cristã e com a alfabetização, podendo incluir atividades como canto orfeônico e música instrumental, e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, com o ensino da gramática latina. Essa proposta foi inicialmente aplicada de forma precária, sendo posteriormente substituída pelo plano geral de estudos da Companhia de Jesus, conhecido como *Ratio Studiorum* (Saviani, 2024).

A principal estratégia utilizada para organizar o ensino e atrair os indígenas foi atuar sobre as crianças. Para isso, foram trazidos meninos órfãos de Lisboa para o Brasil, sendo fundado o Colégio dos Meninos de Jesus da Bahia. A intenção era que, por meio dos meninos brancos, se influenciassem os meninos indígenas e, por meio destes, seus pais, especialmente os caciques, promovendo a conversão de toda a comunidade à fé católica.

Para desenvolver seu trabalho pedagógico, José de Anchieta utilizou amplamente o idioma tupi, tanto para se comunicar com os indígenas quanto com os colonos que já dominavam a língua geral. Além disso, produziu peças teatrais e poesias que mesclavam elementos da cultura indígena com a religião cristã, evidenciando uma pedagogia adaptada às condições locais (Saviani, 2024).

A Companhia de Jesus organizou, então, um plano geral de estudos para todos os seus colégios, conhecido como *Ratio Studiorum*. Esse plano previa a figura do prefeito geral de estudos, responsável por auxiliar o reitor na organização das atividades escolares, além de estabelecer normas para professores e alunos. O documento também previa a existência de outros cargos, como o prefeito de estudos inferiores e o prefeito de disciplina. O *Ratio*

Studiorum consistia em um conjunto de regras que organizavam todas as atividades de ensino, sendo voltado exclusivamente para o público masculino, excluindo as mulheres do acesso à educação formal Saviani, (2024).

O plano contido no *Ratio Studiorum* era de caráter universalista e elitista. Elitista porque se destinava principalmente aos filhos dos colonos, excluindo os indígenas, e universalista porque era adotado por todos os jesuítas como modelo pedagógico. Tratava-se de uma pedagogia tradicional, baseada em uma concepção essencialista de ser humano. Nessa perspectiva, o homem era visto como uma essência universal e imutável, criada por Deus à sua imagem e semelhança, cabendo à educação conduzir o indivíduo à realização dessa essência, preparando-o para alcançar a perfeição na vida natural e, consequentemente, a salvação na vida sobrenatural (Saviani, 2002; 1991).

Essas reflexões corroboram com a compreensão que a educação, desde suas origens no contexto colonial, esteve profundamente vinculada às estruturas sociais, políticas e culturais que marcaram a formação da sociedade brasileira. Ao contrastar as práticas educativas dos povos originários, baseadas na coletividade e na integração com a vida social, com o modelo escolar imposto pelos jesuítas, de caráter normativo, religioso e excludente, torna-se possível compreender as bases históricas de um sistema educacional desigual. Conforme discutido por Saviani (1991; 2024), as ideias pedagógicas expressam interesses concretos e não podem ser dissociadas das relações de poder que as produzem. Nesse sentido, essas reflexões fundamentam a análise dos resultados, permitindo uma leitura crítica acerca das permanências e contradições que atravessam a educação brasileira.

Depois dessas reflexões teóricas, o estudo segue para a apresentação dos resultados e a discussão.

Resultados e discussões

A análise dos resultados, à luz do referencial teórico adotado, permitiu refletir sobre a constituição histórica da educação brasileira, especialmente no período colonial com a articulação de elementos históricos, sociais e pedagógicos discutidos, evidencia-se que o processo educacional não pode ser dissociado das relações de poder e dos interesses que

marcaram a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, os dados analisados apontam para uma educação estruturada sob bases excludentes e orientada por finalidades políticas, religiosas e culturais específicas, o que fundamenta a discussão apresentada a seguir.

A reflexão sobre as raízes da educação brasileira no período colonial evidencia que o processo educacional foi profundamente marcado pela influência da Igreja Católica, sobretudo por meio da atuação dos jesuítas. A chegada dos portugueses, em 1500, representou a ocupação territorial com a implantação de um projeto político, cultural e religioso orientado pela catequese dos povos originários e pela organização social da colônia. Para Saviani (2024), a educação assumiu uma função estratégica no processo de colonização, articulando-se diretamente aos interesses da metrópole e à difusão da cultura europeia cristã. Paralelamente, a compreensão das formas de educação dos povos indígenas antes da colonização revela a existência de práticas educativas integradas à vida social, demonstrando o contraste com o modelo escolar imposto.

Os resultados indicam que a educação no Brasil colonial esteve voltada prioritariamente aos interesses da Coroa portuguesa, sendo operacionalizada, sobretudo, pelas instituições jesuíticas. Conforme Saviani (2024), o ensino nesse período caracterizava-se por um modelo humanista, fundamentado na *Ratio Studiorum*, que privilegiava o ensino do latim, da doutrina cristã e da retórica, tendo como finalidade tanto a conversão dos indígenas ao cristianismo quanto a formação de uma elite letrada, composta majoritariamente pelos filhos dos colonizadores. De tal modo, essa organização demostra, como também analisa Saviani (2002), o caráter seletivo da escola brasileira desde suas origens, estruturada para atender a interesses de grupos dominantes.

A discussão dos resultados permite afirmar que a exclusão educacional constitui um elemento estrutural desde o início da história da educação brasileira. Indígenas, negros escravizados e as camadas populares foram sistematicamente afastados do acesso à educação formal, configurando um processo de marginalização inscrito nas bases do sistema educacional. Como destaca Saviani (1991; 2005) educação está historicamente vinculada às condições materiais e às relações de poder da sociedade, não sendo, portanto, neutra. Nesse sentido, a educação colonial cumpriu uma função de dominação cultural e de reprodução das desigualdades, consolidando um modelo excludente, hierarquizado e profundamente articulado

às estruturas sociais vigentes. Essas características ainda repercutem na contemporaneidade, o que reforça a necessidade de uma análise crítica das permanências e rupturas que atravessam a educação brasileira.

Além disso, a compreensão crítica desse processo histórico permite problematizar as bases sobre as quais se estruturou a educação no país. Conforme Saviani (1991; 2002), a superação das desigualdades educacionais exige o reconhecimento de suas determinações históricas e sociais, bem como a construção de uma prática pedagógica comprometida com a transformação da realidade. Ao demonstrar que a educação foi historicamente utilizada como instrumento de dominação e manutenção de privilégios, torna-se possível defender uma perspectiva pedagógica orientada pela emancipação humana. Dessa forma, o resgate crítico das ideias pedagógicas contribui para refletir o passado para a construção de práticas educativas mais justas e inclusivas no presente.

Depois dos resultados e das discussões, o estudo segue para suas considerações finais.

Conclusões

Ao revisitar as raízes da educação brasileira durante o período colonial, é possível compreender que a chegada dos portugueses trouxe consigo um modelo pedagógico essencialmente eurocêntrico, voltado para os interesses da Coroa e da Igreja. A educação, inicialmente conduzida por ordens religiosas, como os jesuítas, foi marcada por práticas catequizadoras, que buscavam não apenas a transmissão de conhecimentos básicos, mas principalmente a conversão e o controle cultural dos povos originários e, posteriormente, dos africanos escravizados.

Essa análise crítica evidencia que a educação no Brasil nasceu inserida em um contexto de dominação, em que os processos pedagógicos estavam distantes das necessidades locais e voltados à reprodução de valores coloniais. As ideias pedagógicas da época refletiam uma estrutura social hierárquica, excludente e voltada à manutenção da ordem colonial. Portanto, compreender essas raízes é fundamental para refletirmos sobre os desafios e contradições que ainda marcam a educação brasileira na contemporaneidade. Ao reconhecer esse passado, torna-

se possível propor caminhos que valorizem a diversidade, a inclusão e a construção de uma pedagogia crítica e libertadora, mais alinhada com as realidades e os sujeitos sociais do Brasil.

Ressalta-se, contudo, que este estudo não se esgota em si mesmo, mas constitui uma reflexão inicial sobre as bases históricas da educação brasileira, abrindo possibilidades para investigações futuras. A complexidade do tema exige aprofundamentos que considerem outras dimensões, como as resistências dos povos originários, as contribuições das populações negras e as transformações ocorridas ao longo dos diferentes períodos históricos. Compreende-se que a reflexão aqui desenvolvida representa um recorte teórico que pode ser ampliado e problematizado, contribuindo para o fortalecimento de uma leitura crítica e comprometida com a construção de uma educação mais justa e socialmente referenciada.

Referências

FERNANDES, Florestan. **Organização social dos Tupinambá**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; AMANTINO, Márcia (orgs.). **Franciscanos, jesuítas e beneditinos na América colonial, séculos XVI-XVIII**. São Leopoldo: Oikos, 2023.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Educação no Brasil no século XVIII e início do século XIX: olhares em escala. **Educação, Santa Maria**, v. 49, e73583, 2024.

GOULART, J. L. A catequese dos povos originários no Brasil e a educação da população nativa: uma revisão de literatura. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 10, p. 17236-17261, 2023.

LOPES, M. A. da S.; FRANÇA, M. do P. S. G. de S. A. de. Educação de crianças Tupinambá no Maranhão (1612-1614). **Revista Cocar**, [S. l.], n. 25, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, J. R.; OLIVEIRA, R. R. F. de. Os jesuítas e a história da educação indígena no Brasil colonial. Revista DisSoL - **Discurso, Sociedade e Linguagem**, v. 20, n. 20, 2024.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PREZENSZKY, Bruno Cortegoso; MELLO, Roseli Rodrigues de. Pesquisa bibliográfica em educação: análise de conteúdo em revisões críticas da produção científica em educação. **Revista Diálogo Educacional, Curitiba**, v. 19, n. 63, p. 1569-1595, out. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 35. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2024.
SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.
SAVIANI, Dermeval. Ensino, pesquisa e organização na formação do campo da história da educação brasileira. In: MONARCA (org.); NÓVOA (pref.). **História da educação brasileira.** Ijuí: Unijuí, 2005.